

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Nos dias dezessete e dezoito de maio de dois mil e vinte e três, de forma híbrida, através de videoconferência pela plataforma TEAMS e presencialmente no SESC Ponta Formosa, município de Aracruz(ES) foi realizada a **70ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao Desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões preparatória e pública tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública, transmitida ao vivo pelo Youtube através do link <https://www.youtube.com/watch?v=JH5X7xncN8k> :

1) Apresentação e manifestações dos participantes.

Participantes da reunião preparatória à 70ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 17/05/23 - Horário: 13h25 às 16h.

Antônio Áureo (Representante de Atingidos – Rio Doce/MG), Cláudia Laureth (FLACSO), João Luiz Paste (IJSN), Joéci Lopes Miranda (Representante de Atingidos – Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Josmar Coelho (Prefeitura de Governador Valadares), Luciana Souza de Oliveira (Representante de Atingidos - Comissão de Atingidos de Vila Regênciã e Entre Rios), Marta Zorzal (UFES), Soraya Benetti (FLACSO) e Walquíria Soares (AGERH).

Participantes da 70ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 18/05/23 - Horário: 9h15 às 17h55.

Alexandre Correa (Renova), Antônio Áureo (Representante de Atingidos - Rio Doce/MG), Carmem Lúcia Nunes (Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado), Cláudia Laureth (FLACSO), Daniela Egger (FBDH), Danilo Santos (FBDH), Ellen Patrícia Rodrigues Souza (Renova), Fernanda Amélia Souza (Renova), Flávia Cunha (EY), João Lagüens (Prática Reversa), João Luiz Paste (IJSN), João Eduardo Sales (Renova), Joéci Lopes Miranda (Representante de Atingidos – Aracruz/ES), José Felipe Coimbra Carneiro (Renova), José Márcio Lazarino (Comissão de Atingidos de Rio Doce/MG), Josmar Coelho (Prefeitura Municipal de Governador Valadares), Juliana Pinto Rocha (Renova), Lindalva Feitosa (FBDH), Lucia Maria de Oliveira Paula (Comissão de Atingidos de Cachoeira Escura), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Vila Regênciã e Entre Rios), Maria Clara Pessoa Moreira (Renova), Maria Thereza Teixeira (Renova), Marily Galote (Renova), Marta Zorzal (UFES), Melissa (FBDH), Nicole (Prática Reversa), Natália Oliveira (EY), Paula Vieira (Renova), Pedro Oliveira (EY), Rafael Santos (Renova), Simone de Fátima Nunes (Comissão de Atingidos de São José do Goiabal), Soraya Benetti (FLACSO) e Walquíria Soares (AGERH).

Após a apresentação de todos os participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

2) Aprovação da Ata referente à 69ª RO da CT-PDCS.

Discussão	Sem objeção, a ata da 69ª RO da CT-PDCS foi aprovada pelos membros da CT. A coordenação comunicou que o documento será encaminhado à SECEX para publicação no site do CIF.
------------------	--

3) Outros Assuntos.

Discussão	João Paste informou que, concomitante à realização da 70ª RO da CT-PDCS, será realizada a Consulta Pública para criação de Unidade de Conservação da Foz do Rio Doce, pelo ICMBio e CT-BIO, também no SESC de Aracruz/ES, no período vespertino. Considerando a relevância do tema, o Coordenador propôs e foi acordado que após o intervalo do almoço, no período de 14h às 15h30, a equipe da CT-PDCS acompanhará a Consulta.
------------------	---

4) Apresentação pela EY dos relatórios PAIs relativos ao 3º ciclo de acompanhamento do Pilar Ouvidoria do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social e do Pilar Canais de

Relacionamento do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, ambos do PG 06, e do Programa de Informação para a População PG 35.

Discussão

A equipe da EY realizou a apresentação de documento em PPT relativo aos PAIs do **3º ciclo de acompanhamento do Pilar Ouvidoria do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social e do Pilar Canais de Relacionamento do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, ambos do PG 06, e do Programa de Informação para a População PG 35** - documentos encaminhados previamente aos membros da CT-PDCS, o qual se encontra no arquivo da CT-PDCS e em memória de áudio para eventuais consultas. Em relação ao PAI que trata do PG 35, João Paste enfatizou o significativo atraso na execução integral do programa e reiterou que existem pontos de discordância significativos em relação à forma prevista de execução. Destacou que o programa revisado foi aprovado com ressalvas, através da Deliberação CIF nº 639, considerando o prazo proposto pela Fundação Renova para o seu encerramento. João Paste destacou o recebimento do OF.FR.2022.2028, de dezembro de 2022, no qual a FR manifesta discordância quanto ao item 2 da referida Deliberação CIF nº 639, insistindo que protocolou ofício, em dezembro de 2016, comunicando ao CIF a instalação dos CITs, a partir de janeiro de 2017, em espaços compartilhados com os CIAs, em três localidades, alegando assim ter cumprido exigência do TTAC. João Paste reiterou que a CT-PDCS não reconhece o funcionamento, em quaisquer períodos de tempo, desses espaços fixos do CIT. Dessa forma, quanto aos itens 3.1, 3.2 e 3.3 do PAI do PG 35, João Paste solicitou que a auditoria externa identifique eventuais evidências da instalação das bases físicas do CIT em 2017 e se houve a avaliação prévia do CIF, conforme previsto na cláusula 174 do TTAC, salientando que a CT não tem conhecimento de qualquer manifestação do CIF, inclusive nos aspectos relacionados à infraestrutura e aos equipamentos adequados, conforme descrição da Cláusula 174 do TTAC. Flávia Cunha disse que revisarão os documentos relativos ao ciclo 1 de auditoria do PG 35 e apresentarão esta devolutiva no relatório da Auditoria. Relacionado ao item 3.6 do PAI do PG 35, João Paste demandou que seja dada ênfase na verificação da existência de evidências dos procedimentos de recepção, classificação e processamento de todos os documentos produzidos no âmbito da Reparação, bem como as evidências dos cuidados com a preservação das memórias culturais, técnicas e científicas sobre o evento, de forma ativa, em atendimento à cláusula 65 do TTAC. João Paste exemplificou com a discussão ocorrida na última reunião do CIF, a partir da apresentação de um longo relatório do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I – Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente (PMBA/FEST-RRDM), quando membros do CIF questionaram como e onde podem ser acessadas todas as informações apresentadas, para melhor entendimento e análise mais aprofundada, sendo reafirmado pela Secretária Executiva do CIF, Senhora Moara Giasson, que todas as informações devem estar disponíveis no CIT, na forma estabelecida pelo TTAC, materializado, no exemplo, pela Plataforma Interativa prevista no escopo do PG 35. Sobre os indicadores previstos para o PG 35, Walquíria perguntou se o indicador I05 que mensura a avaliação da satisfação das unidades do CIT engloba a qualidade do atendimento realizada junto ao atingido. Walquíria trouxe a reflexão de que, caso o CIT funcione dentro dos CIAs, conforme informa a FR, em seu entendimento deve haver um indicador da qualidade do atendimento, visto que os atingidos reclamam constantemente da forma como são tratados nos CIAs; e considerando que o CIT não foi implantado, Walquíria perguntou como está sendo mensurado este indicador de satisfação das unidades do CIT. Flávia afirmou que este indicador não está sendo medido e que provavelmente este será um ponto de auditoria, com o resultado apresentado posteriormente à CT. Antônio Áureo corroborou com a fala de Walquíria e disse que os atingidos devem ter melhor tratamento e acolhimento nos CIAs; que inclusive deveriam ter profissionais qualificados

Discussão

da assistência social e psicólogos para um melhor acolhimento e atendimento humanizados. Rafael Santos, pela Fundação Renova, destacou que os CITs não funcionam nos CIAs, mas que existem pontos de acesso à plataforma interativa do CIT nos CIAs. Sobre o indicador I05, Rafael Santos afirmou que as bases físicas do CIT ainda não foram constituídas, portanto não faz sentido a mensuração do indicador. Disse que, quando o CIT tiver suas unidades físicas implantadas, a definição do programa poderá ser revisada e feita a inclusão de novos indicadores. Na oportunidade, Josmar perguntou sobre as tratativas da construção do CIT de GV, considerando toda a movimentação e questionamentos dos moradores relatada na última RO, e informou que o andamento da parte burocrática depende da assinatura pela FR da CND e do Plano de Trabalho. Maria Thereza comunicou que o Plano de Trabalho está sendo revisto e que a CND foi encaminhada à Prefeitura. João Paste pediu que seja agilizada a parte burocrática e que seja mantido o compromisso firmado na última RO, de que em junho de 2023 a obra do CIT de GV será iniciada. Durante a apresentação do Pilar Canais de Relacionamento pela EY, a Prof.^a Marta registrou que existem apenas 13 CIAs fixos, um número bem reduzido para o total de municípios, distritos e comunidades atingidos; sendo que o Território 03 é composto por 20 municípios e não há CIA fixo em todo esse território. Sugeriu à EY a verificação da discrepante desproporcionalidade em relação ao número de CIAs fixos, sendo 10 em MG e 7 no ES, a verificação do não atendimento de CIA fixo no território 03, a verificação da frequência de atendimento pelo CIA móvel nos municípios que não possuem bases físicas e como estão sendo realizadas as atividades de atendimento dos CIAs móveis. Luciana Oliveira destacou que foi acordado que em locais onde não existam bases fixas do CIA seriam utilizadas as bases itinerantes para atendimento às comunidades atingidas, sendo que o CIA itinerante deve ser uma exceção e não uma regra, como tem sido. Joéci disse que existem comunidades desassistidas pelo CIA móvel e que já solicitou esse atendimento à equipe da FR. Luciana mencionou que devem ser garantidos canais de atendimento adequados aos grupos vulneráveis, e que isso precisa ser revisto, principalmente considerando que os atingidos precisam do atendimento do CIA para solicitar a senha do Portal do Usuário. Destacou que devem ser fornecidos treinamento e capacitação às equipes dos Canais de Relacionamento sobre as ações e programas da FR e que o atendimento deve primar pela humanização e acolhimento dos atingidos. Afirmou que o tempo de permanência do CIA móvel no território tem sido insuficiente para atender as demandas e propôs o aumento da periodicidade dos CIAs móvel. Flávia disse que não cabe à EY estabelecer onde os CIAs serão instalados, mas cabe a verificação do que está posto pela FR, e que farão as verificações apontadas pela prof.^a Marta. Maria Thereza expôs que há um calendário fixo dos CIAs móvel, e que o 0800 atende todos os territórios, contudo propôs que na próxima RO apresentem as informações detalhadas sobre o CIA móvel. Finalizada a apresentação pela EY, do Pilar Canais de Relacionamento, Maria Thereza e Fernanda Amélia comentaram sobre a importância do processo de auditoria para a evolução contínua dos trabalhos. Maria Thereza sugeriu a reavaliação das perguntas dos formulários da pesquisa de satisfação. Luciana Oliveira apontou a demora na devolutiva das manifestações realizadas pelo 0800 e reclamou sobre o atendimento. No que se refere ao Fale Conosco, Luciana registrou que entende que a atendente deve solicitar o número do CPF apenas para questionamentos pessoais e não para questionamentos gerais, o que tem restringido o acesso às informações. Reclamou que o Portal da Transparência está travando muito e que as informações estão muito rasas. Maria Lúcia apontou a dificuldade de acesso a todos os canais de relacionamento e da ouvidoria. Registrou a dificuldade de retorno da ouvidoria em caso específico, sobre o qual Fernanda Amélia solicitou que Maria Lúcia encaminhe a demanda para que a ouvidoria apresente uma devolutiva. Joéci comunicou que o 0800 não está recebendo ligações da operadora VIVO. Maria Thereza informou que

	<p>é um problema específico da operadora e que todas as demais operadoras realizam a chamada 0800, mas que isso já está sendo tratado junto à operadora.</p>
Encaminhamentos	<p>E.70-1- Verificar e registrar em relatório de Auditoria as evidências da instalação das bases físicas do CIT em 2017 e se houve a avaliação prévia do CIF quanto aos aspectos relacionados à infraestrutura e aos equipamentos adequados, conforme previsto na Cláusula 174 do TTAC. Responsável: EY. Prazo: 3º ciclo da auditoria.</p>
	<p>E.70-2 – Verificar e registrar em relatório de Auditoria as evidências dos procedimentos de recepção, classificação e processamento de todos os documentos produzidos no âmbito da Reparação, bem como as evidências dos cuidados com a preservação das memórias culturais, técnicas e científicas sobre o evento, de forma ativa, em atendimento à cláusula 65 do TTAC. Responsável: EY. Prazo: 3º ciclo da auditoria.</p>
	<p>E.70-3 – Apresentação sobre os CIAs móvel. Responsável: FR. Prazo: 71ª RO da CT-PDCS, junho/2023.</p>
	<p>E.70-4 – Visita dos membros da CT-PDCS a local com atendimento por CIA móvel. Responsável: FR. Prazo: 72ª RO da CT-PDCS, julho/2023.</p>
	<p>E.70-5 – Apresentar devolutiva ao caso mencionado pela atingida Maria Lúcia (Belo Oriente/Cachoeira Escura) que será relatado por e-mail. Responsável: Ouvidoria. Prazo: imediato.</p>
5) Apresentação da pesquisa de satisfação da Ouvidoria.	
Discussão	<p>Fernanda Amélia contextualizou sobre a importância do trabalho realizado pela EY e os resultados já obtidos para o aprimoramento dos trabalhos da ouvidoria através da pesquisa de satisfação. Partilhou sobre o desafio na identificação do que é a satisfação/insatisfação com o serviço da ouvidoria e com o processo da reparação. Dando início as tratativas do item de pauta, João Lagüens realizou apresentação através de documento em PPT. O documento foi encaminhado previamente e distribuído aos membros da CT-PDCS. A apresentação detalhada encontra-se em memória de áudio para eventuais consultas. Foi registrada a implementação do canal de whatsapp da Ouvidoria através do número (31) 98440.3156, com atendimento através de chat boot, destacando que inicialmente não está ativo o contato com a atendente. Ao finalizar a apresentação, Fernanda Amélia mencionou que o maior desafio da ouvidoria tem sido uma melhor elaboração dos retornos às manifestações. Luciana Oliveira perguntou quantas entrevistas foram feitas para a obtenção dos resultados da pesquisa de satisfação e em quais territórios e pontuou que a visita do ouvidor nos territórios é muito importante, inclusive para o esclarecimento das dúvidas. Maria Lúcia disse que a pesquisa de satisfação deve ser feita por território e questionou o não cumprimento dos prazos para retorno das manifestações pela ouvidoria. Simone Nunes disse que ainda não obteve resposta da ouvidoria sobre o caso das três Marias, relatado na 67ª RO da CT-PDCS. Fernanda Amélia informou que a ouvidoria tem o prazo legal de 30 + 30 dias para responder as manifestações. João Lagüens informou que foram feitas 132 entrevistas telefônicas no mês de fevereiro de 2023, com pessoas que receberam respostas às suas manifestações no semestre passado. Disse que 69% dos entrevistados responderam que não tiveram a resposta desejada à sua manifestação, sendo que grande parte entende que sua demanda não deve ser solucionada pela ouvidoria. João Lagüens expôs que durante a pesquisa realizada foi marcado o processo de entendimento das atribuições da ouvidoria pelos atingidos. Maria Lúcia registrou que entende que 132 entrevistas é um número bem reduzido para um total de 44 municípios impactados pelo desastre.</p>

6) Apresentação pelo FBDH: E.69-1- Apresentar a atualização dos processos que garantam a participação dos atingidos através do Gerenciador Atingidos e E.69-2 – Atualizar o status da contratação e atuação das Assessorias Técnicas em cada um dos territórios.

Discussão

Relativo ao encaminhamento **E.69-1- Apresentar a atualização dos processos que garantam a participação dos atingidos através do Gerenciador Atingidos**, Daniela Egger registrou que a implementação do Gerenciador Atingidos depende de questões pendentes, dentre elas: o termo de cooperação técnica já foi assinado pela FR e pela FLACSO, mas que não tem notícias da assinatura pelo MPF; que aguardam a aprovação da política e do regulamento do Gerenciador Atingidos pelo MPF; que o FBDH recebeu da FR o documento da política e o regulamento do Gerenciador Atingidos, fez suas considerações e propôs adequações em relação à participação e reencaminhou o documento à FR e à FLACSO. Ressaltou que a decisão em relação aos documentos depende das partes, empresas e IJs, que ainda não se manifestaram. Daniela destacou que a participação na modalidade de atingido-ouvinte foi implementada extraordinariamente para o Gerenciador CIF, e que a modalidade de participação pelo Gerenciador Atingidos é regida pelo TAC-Gov. Luciana Oliveira criticou a falta de participação dos atingidos nas discussões sobre o Gerenciador Atingidos e disse que o território de Regência aguarda o posicionamento do FBDH sobre a ATI instalada em seu território, a qual foi contra a vontade da comunidade, assunto já discutido em várias reuniões com o próprio FBDH. Luciana disse ainda que a comissão aguarda a documentação relativa às reuniões do FBDH no território de Regência. Joéci Miranda enfatizou que as comissões de atingidos estão sendo negligenciadas pelo FBDH e pelas IJs, e reclamou que, como o contrato do FBDH está terminando, os técnicos estão sendo inseridos nas ATIs e que isso não foi comunicado aos atingidos nos territórios. Maria Lúcia registrou que em seu entendimento devem seguir em parceria com as assessorias técnicas contratadas. Antônio Áureo partilhou que o FBDH precisa buscar o apoio da comissões de atingidos nos territórios para que o trabalho seja amistoso. Daniela Egger disse que a participação dos atingidos na construção do Gerenciador Atingidos é prevista através das assessorias técnicas e das comissões locais, modelo de participação previsto no TAC-Gov, homologado em 2018, mas que ainda não havia sido implantado; que o FBDH lamenta a descontinuidade na participação, como aplicado no modelo Gerenciador CIF, mas que seguem o rito do que está estabelecido nos acordos. Reforçou a importância do diálogo das comissões de atingidos na fase de consolidação das comissões locais nos territórios, prioridade na coordenação metodológica do FBDH, que tem atuado nos territórios junto às assessorias. Informou a Luciana que a documentação solicitada pela Comissão de Regência está sendo elaborada e primeiramente será encaminhada ao Ministério Público, após compartilhado com a Comissão e outros interessados. Sobre o território 11, Daniela Egger comunicou que aguardam a decisão judicial. Danilo Santos disse que, independente do contrato do FBDH estar terminando, o Fundo honrará com todos os seus compromissos. Daniela Egger explicou que as ATIs não são direito obrigatório, e que conversam com todos que quiserem acessá-las. Luciana Oliveira contextualizou sobre a legitimidade das comissões de atingidos. João Paste disse que a CT-PDCS aguarda a formalização dos encaminhamentos E.69-1 e E.69-2. Em seguida, observou que a CT-PDCS assessora o CIF nas questões relativas ao TTAC, mas reiterou que a participação e o controle social efetivamente estabelecido pelo TAC-Gov também precisam ser discutidos e considerados em todos os PGs e questionou como o FBDH, nesse momento, tem mobilizado todos os setores sociais atingidos e todos os territórios, e disse que não está claro como a CT-PDCS irá acompanhar esses processos decorrentes do TAC-Gov, mais é uma obrigação moral buscar a convergência entre o TTAC e o TAC-Gov. Pontuou entender que deveria ser pactuada uma mesa de diálogo entre o FBDH, MPF, as CTs, as Comissões de Atingidos, e em um segundo momento com as assessorias

<p>Discussão</p>	<p>técnicas, para a discussão e para o aperfeiçoamento da participação social e reiterou que deve ser garantido o processo de mobilização integral de todos os setores atingidos através desse modelo a ser pactuado. João externou sua preocupação com a ausência da definição de como que as ATIs irão atuar e cobrir territórios tão amplos e conseguir mobilizar, sem a utilização das equipes de mobilização da FR, todos os segmentos e territórios atingidos. Registrou que a CT-PDCS está extremamente incomodada pela ausência de ampla participação de pessoas atingidas, que representem efetivamente todos os setores sociais atingidos, nas instâncias de governança e espera que isso seja superado rapidamente. Refletiu e destacou que esse processo realizado pelo FBDH deve ser muito transparente, cuidadoso e respeitoso, considerando o reconhecimento de pessoas atingidas que estão resistindo e contribuindo há muitos anos nos processos de reparação. Em relação ao encaminhamento E.69-2 – Atualizar o status da contratação e atuação das Assessorias Técnicas em cada um dos territórios, Daniela informou que, para além do que já foi registrado na última RO pelo FBDH, as ATIs atuantes estão trabalhando com os territórios para a consolidação das comissões locais e informou que o FBDH está focado na construção do Plano Integrado de Comunicação para toda a bacia do Rio Doce. João Paste registrou a importância desse Plano de Comunicação e sugeriu ao FBDH que a elaboração do documento tenha a participação das pessoas atingidas, das comissões de atingidos e da CT-PDCS, considerando que esta CT defende os processos de participação, de comunicação, de informação, de transparência, de diálogo e controle social, valores extremamente caros e nem sempre observados. Ao finalizar a discussão, Joéci questionou que integrantes do FBDH estão inseridos e atuando nas ATIs, e questionou se isso seria legal, caso seja verdade. Daniela Egger disse que não tinha ciência dessa situação.</p>
<p>7) Apresentação pelo PG 06: OF.FR.2023.0915 - Manifestação à Deliberação CIF nº 660.</p>	
<p>Discussão</p>	<p>Maria Thereza apresentou um breve relato sobre as questões abordadas em reunião do grupo de trabalho que trata das questões do Portal do Usuário e de outras melhorias do pilar de canais de relacionamento, realizada no dia 10 de maio. Maria Thereza propôs a próxima reunião para o dia 31 de maio de 2023, às 10h, a qual foi confirmada. João Paste mencionou que inicialmente foram convidados alguns membros para participar das discussões, mas que o convite é extensivo a todos os membros da CT. Dando início às discussões relativas ao OF.FR.2023.0915 - manifestação à Deliberação CIF nº 660, em que a Gerência de Diálogo e Canais de Relacionamento requereu ao CIF que o item VII da Nota Técnica CIF/CT-PDCS nº 31/2022, a saber: Apresentação do cronograma previsto para a implementação dos projetos, processos, políticas e ações das demandas elegíveis, alinhado com os programas mobilizados para a reparação, com informações sobre os custos estimados, estágio de implementação e metas, seja melhor discutido e construído colaborativamente entre a FR e a CT-PDCS, alegando que essa ação denota exceder o escopo e formato do PG 06 previstos em sua definição aprovada pelo CIF, João Paste rememorou que este ponto já havia sido exaustivamente discutido e acordado, inclusive na 68ª RO da CT-PDCS, com a participação e a demonstração de entendimento por representante de RI da Fundação. Rememorou toda a discussão realizada anteriormente sobre o tema e reiterou que os PATs devem evidenciar tais informações, conforme item VII da referida NT, pois são de grande importância para a compreensão dos processos de reparação. Frisou que, efetivamente, o PG06 não deve elaborar ou produzir quaisquer informações sobre os demais programas, mas apenas reportar nos PATs essas informações já existentes, de forma que esses planos contenham e facilitem o acesso a todas essas informações sobre as ações de reparação previstas para cada microterritório. Observou que a mesma NT propõe que a equipe do programa avalie a possibilidade para que o documento Análise de Cenário seja compatível com os 14 microterritórios, ou seja, que sejam apresentados 14 documentos de análise de cenário.</p>

<p>Discussão</p>	<p>João Paste lembrou as discussões iniciais para que os PATs fossem feitos por município e mencionou que o ideal seria que a Análise de Cenário também fosse por município, e espera que todos esses documentos sejam aperfeiçoados e passem a considerar o município como o território das informações. Foi registrado que a CT tem recebido os PATs e o documento Análise de Cenário semestralmente. Juliana disse que reavaliarão internamente a solicitação da complementação dos PATs e as proposições da CT para o documento Análise de Cenário, com posterior devolutiva à CT. Juliana disse que os custos estimados estão sendo sempre reportados ao CIF, mas que não há como inserir nos PATs custos de outros programas. João Paste reiterou que a CT entende que o PG06 não deve elaborar nenhum cálculo ou produzir quaisquer informações sobre os demais programas e afirmou que todas as informações, inclusive os custos têm que ser apresentados no respectivo escopo e devem constar nos sistemas de gerenciamento da FR, no PG 22, Gerenciamento dos Programas Sócio Econômicos, e no PG 41, Gerenciamento dos Programas Sócio Ambientais, por isso a CT apenas solicita que a previsão de custos passe a ser reportada também nos PATs. Destacou que o Portal da Transparência tem o compromisso de apresentar, dentre outras, as informações dos gastos já efetuados com todas as ações da reparação; e que os PATs devem conter todas as programadas e ainda não realizadas, incluindo a cronologia de execução e os valores previstos. Assim, a soma dessas informações gera a perspectiva integral da reparação. Foi registrado que a próxima entrega dos PATs será no mês de agosto/2023.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E.70-6 – Apresentar devolutiva sobre as tratativas relacionadas aos PATs e Análise de Cenário, discutidas na 70ª RO da CT-PDCS, em cumprimento à Nota Técnica CIF nº 31/2023. Responsável: FR. Prazo: agosto/2023.</p>
<p>8) Apresentação pelo PG 35: Atualização das tratativas com órgãos parceiros para a implementação das bases físicas do CIT.</p>	
<p>Discussão</p>	<p>João Paste rememorou as informações repassadas pela FR na 68ª RO, de que as obras do CIT de GV terão início em junho/2023 e que ainda no mês de maio/2023 as obras do CIT de Regência também serão iniciadas. Comunicou que a CT-PDCS não recebeu da equipe do PG 35 a devolutiva sobre o diálogo com a prefeitura de Mariana, conforme acordado na 69ª RO, sobre a implantação da base fixa naquele município. A equipe do PG 35 realizou a apresentação de documento em PPT. O documento encontra-se no arquivo da CT-PDCS para eventuais consultas. Maria Thereza informou que a equipe de engenharia da FR está avaliando a viabilidade de implantação do CIT de Mariana na Arena e que, por outro lado, a FR está providenciando a locação de imóvel apropriado para a instalação temporária do CIT em Mariana. Em relação ao CIT de Linhares, Maria Thereza informou que o processo de contratação da empresa de obras foi iniciado internamente em agosto de 2022, sendo que a proposta tem validade até 31 de maio de 2023 e, caso o termo não esteja assinado até esta data, será necessário o cancelamento do processo atual e a abertura de novo processo concorrencial; e que o Termo para assinatura se encontra no ICMBio, em Brasília. Demonstrando a decepção de toda a CT, João Paste observou que as informações repassadas são as mesmas apresentadas em meses anteriores e disse que, em seu ponto de vista, fica explícito que a FR não tem competência para executar o PG 35, sendo esta uma constatação totalmente frustrante. Luciana Oliveira disse que está cada vez mais difícil mobilizar a comunidade para tratativas sobre o CIT de Linhares, pois a visão que a comunidade tem é que esse programa compensatório vem sendo postergado. Considerando que o CIT de Linhares está dentro de um espaço de Educação Ambiental e sustentável, Luciana expôs que em reunião da FR com a comunidade no mês de abril foram feitas algumas solicitações a respeito do tipo de ferragens, parafusos, painéis solares e sistema de captação de água da chuva e outros materiais a serem</p>

	utilizados na construção equipamento devido à maresia, e que a comunidade ainda não teve devolutiva.
9) Apresentação pelo PG 36: E.68-1 - Apresentação da proposta de melhoria da acessibilidade ao Portal da Transparência.	
Discussão	Considerando que as apresentações dos itens de pauta anteriores foram extensas e considerando o avançar do horário, foi proposta a transferência da apresentação do encaminhamento do PG 36 para a 71ª RO da CT-PDCS. João Paste agradeceu o envio prévio da proposta a ser apresentada e solicitou que a equipe do programa faça as atualizações e o reenvio da apresentação previamente à próxima reunião para análise dos membros da CT-PDCS.

O coordenador João Paste agradeceu a todos pela participação e pelas contribuições. **A 70ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às dezessete horas e trinta minutos.